

Efeito Lula

Desemprego cai a 6,9% e é o menor em dez anos

A taxa de desemprego recuou em 15 das 27 unidades da federação no segundo trimestre deste ano em relação ao primeiro trimestre. Nos demais locais, a taxa ficou estável. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (Pnad-C), divulgada nesta quinta-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**).

A maior queda foi observada na Bahia (-2,9 pontos percentuais), já que o estado passou de uma taxa de desocupação de 14% no primeiro trimestre para 11,1% no segundo trimestre. Apesar disso, o mercado de trabalho baiano apresenta o segundo maior índice do país, ficando atrás apenas de Pernambuco (11,5%).

A média da taxa de desemprego no país caiu 1 ponto percentual, passando de 7,9% para 6,9% no período, conforme divulgado no fim de julho.

Além da Bahia, outros nove estados tiveram queda acima da média nacional: Piauí (-2,4 pontos percentuais, ao passar de 10% para 7,6%), Amazonas (-1,9 ponto percentual, ao passar de 9,8% para 7,9%), Alagoas (-1,8 ponto percentual, ao passar de 9,9% para 8,1%), Tocantins (-1,7 ponto percentual, ao passar de 6% para 4,3%), Acre (-1,7 ponto percentual, ao passar de 8,9% para 7,2%), Espírito Santo (-1,4 ponto percentual, ao passar de 5,9% para 4,5%), Maranhão (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,4% para 7,3%), Ceará (-1,1 ponto



percentual, ao passar de 8,6% para 7,5%) e Pará (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,5% para 7,4%).

Minas Gerais e São Paulo tiveram a mesma queda da média nacional, sendo que o primeiro recuou de 6,3% para 5,3% e o segundo, de 7,4% para 6,4%.

Com quedas menos intensas do que a média nacional, aparecem Goiás (-0,9 ponto percentual, ao passar de 6,1% para 5,2%), Rio de Janeiro (-0,7 ponto percentual, ao passar de 10,3% para 9,6%) e Santa Catarina (-0,6 ponto percentual, ao passar de 3,8% para 3,2%). Este último estado apresentou a taxa mais baixa entre todas as unidades da federação.

Mato Grosso e Rondônia mantiveram-se estáveis e com taxas semelhantes a Santa Catarina (3,3%). Ainda na casa dos 3 pontos, aparece Mato Grosso do Sul, com 3,8%.

Além desses, apresentaram estabilidade na taxa de desocupação, Paraná (4,4%), Rio Grande do Sul (5,9%), Roraima (7,1%),

Paraíba (8,6%), Amapá (9%), Sergipe (9,1%), Rio Grande do Norte (9,1%), Distrito Federal (9,7%) e Pernambuco (11,5%).

Rendimento

Apenas quatro estados tiveram aumento de rendimento médio real mensal habitual do primeiro para o segundo trimestre deste ano: Rondônia (8,7%), Pernambuco (8,5%), Ceará (7,2%) e Rio Grande do Sul (5%). As demais unidades da federação mantiveram os valores estáveis.

Na comparação com o segundo trimestre do ano passado, no entanto, o rendimento cresceu em dez estados: Rio Grande do Norte (19,8%), Bahia (15,9%), Rondônia (13,3%), Maranhão (9,2%), Rio Grande do Sul (8,9%), Minas Gerais (7,5%), Paraná (6,7%), Mato Grosso (6,3%), São Paulo (6%) e Santa Catarina (5,5%).

O Distrito Federal continua com o maior rendimento médio (R\$ 5.154), enquanto o Maranhão segue com o menor valor (R\$ 2.088).

Fonte: Brasil de Fato

É falso que FGTS pague impostos e poupanças sofram descontos

Lei que dispõe sobre fundo isenta operações de tributos federais;
 Constituição veda detenção de economias dos cidadãos

Matéria completa em www.cut.org.br



PEC 65: Plínio Valério apresenta novo relatório, mas discussão fica para setembro

O senador Plínio Valério (PSDB-AM), relator da PEC 65/2023 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), apresentou na manhã de hoje (14), um novo relatório da matéria criando a “corporação integrante do setor público financeiro”, figura jurídica inexistente no ordenamento legal do Brasil. Trata-se de mais uma excrecência jurídica inventada para atender o desejo do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, que pretende pavimentar o terreno para a captura da instituição pelos bancos. O senador Jaques Wagner (PT-BA) pediu vista e o assunto deverá voltar à pauta da CCJ na primeira semana de setembro.

Durante a reunião da CCJ, os servidores do Banco Central, organizados pelo Sindsep-DF, Sinal, SintBacen e

Anafe, realizaram ato em frente ao Anexo II do Senado, que contou com a presença de representantes da Fenajufe, Sindifisco Nacional, Andes, Sindsusep, CTB, entre outras entidades sindicais. A atividade foi um sucesso e reforçou a unidade dos servidores do Bacen para derrotar a PEC 65.

As entidades sindicais representativas da categoria devem discutir e definir os próximos passos da mobilização dos servidores, apontando para a rejeição de qualquer alternativa que envolva colocar os servidores na CLT pois isso facilita a captura do BC pelos bancos. Também é rechaçada a inclusão do orçamento administrativo no orçamento da autoridade monetária, ou seja, liberar a utilização das receitas financeiras do Bacen - que são patrimônio do povo - para gastos de custeio.

O BC teve prejuízo de R\$ 298 bilhões, em 2022, e de R\$ 114 bi, em 2023. Diante disso, o diretor da Condsef, Edison Cardoni, lembra que "se essa PEC estivesse em vigor o BC, com esses prejuízos, não teria recursos para pagar suas despesas. E para que não tenha esse tipo de prejuízo o BC pode ser levado a aumentar as taxas de juros e até mesmo a inflação pois esses dois fatores ajudam a fazer receitas financeiras." Cardoni ressalta ainda que, para melhorar o orçamento de custeio do BC, existem alternativas à PEC 65, mantendo os servidores no Regime Jurídico Único – RJU e preservando o BC como autarquia. Para isso a instituição poderia passar a cobrar tarifas por serviços prestados às instituições financeiras, que hoje são gratuitos.

Sindsep-DF